

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A transposição dos efeitos de decisão judicial para o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de distribuição e a expropriação regulatória no Setor Elétrico

Rafael Véras de Freitas	9
Introdução	9
1 Da violação aos <i>intelligible principles</i> e a ausência de capacidade institucional da Aneel para o trespasse dos efeitos econômicos de decisões judiciais.....	11
2 A inaplicabilidade do art. 9º, §3º, da Lei 8987/1995 como hipótese de reequilíbrio reverso em razão de decisão judicial	19
3 A redução tarifária sem lastro comprobatório dos benefícios concretos auferidos pelas distribuidoras como uma expropriação regulatória.....	27
4 A Lei nº 14.385/2022 como uma “Falha Regulatória” em sentido amplo	31
5 O regime instituído pela Lei nº 14.385/2022 e a violação ao princípio da proporcionalidade	38
Conclusões	41
Referências	46

Separando o joio do trigo: erro não é (mais) improbidade

Gustavo da Rocha Schmidt	51
1 Introdução	51
2 Erro: legislação aplicável. Conceito. Modalidades	54
3 O erro administrativo	58
4 Erro administrativo grosseiro.....	61
5 Erro não é mais improbidade	65
6 Conclusões	71
Referências	73

Smart contracts ou “contratos inteligentes”: o direito na era da *Blockchain*

Mariana Oliveira de Melo Cavalcanti, Marcos Nóbrega	75
1 Introdução	76
2 A inteligência dos novos contratos: entendendo os <i>smart contracts</i>	78
2.1 Os <i>smart contracts</i> são contratos?.....	78
2.2 <i>Smart contracts</i> e o direito brasileiro	83
2.3 <i>Smart contract</i> poderia ser considerado um instrumento pré-legal?	85
2.4 Características dos <i>smart contracts</i>	86
2.5 <i>Smart contracts</i> e o custo da inflexibilidade	88
2.6 <i>Smart contract</i> e assimetria de informação	91
3 Um novo paradigma para o ajuste de vontades: a despersonalização do direito civil?.....	92
4 Analisando pelas consequências: <i>smart contracts</i> e a análise econômica do direito	97
5 Conclusão	100
6 Referências	102

O impacto das políticas econômicas de desestatização no orçamento da segurança pública: as Parcerias Público-Privadas na gestão do sistema prisional do estado de São Paulo

Cláudio Tucci Junior	105
Introdução.....	106
1 Histórico.....	109
2 As dinâmicas inerentes à gestão do sistema prisional.....	112
2.1 A importância da Parceria Público-Privada prisional no Brasil.....	112
3 Parcerias Público-Privadas com base no direito administrativo em São Paulo.....	117
3.1 Justificativa para os investimentos.....	118
3.2 Parcerias Público-Privadas perante situação fiscal do estado de São Paulo.....	119
4 Os gastos com sistema prisional em relação aos gastos com a educação básica.....	121
4.1 Instrumentos contratuais de administração operacional.....	126
4.2 O estado de São Paulo e a gestão compartilhada de duas unidades prisionais....	128
4.3 Licitação e contrato.....	129
5 Conclusão.....	132
Referências.....	134

“Do limão à limonada” – comentários às recentes decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o regime jurídico aplicável à magistratura de contas

Antonio Ed Souza Santana	137
I Introdução.....	137
II Voto do relator da ADI nº 6.939/GO.....	140
III Voto do relator da ADI nº 6.941/SC.....	143
IV Voto-vista do ministro Gilmar Mendes no julgamento da ADI nº 69.44/RO.....	149
V Considerações finais.....	151
Referências.....	152

O direito à filmagem de agentes públicos: ecos do direito comparado

Diego Franco de Araújo Jurubeba	155
1 Introdução.....	155
2 O incentivo às filmagens e celeuma jurídica na Alemanha.....	156
3 A guerra das imagens na França.....	159
4 Os republicanos e as tentativas de restringir o direito de filmagem nos EUA.....	160
5 A filmagem das abordagens policiais no Brasil.....	163
6 Conclusão.....	165
7 Referências.....	166

O Termo de Ajuste de Gestão (TAG) como instrumento de controle externo consensual no Brasil

Cristiane Gonçalves Vieira	169
1 Introdução.....	169
2 Controle externo prospectivo: a emergência da consensualidade nas ações fiscalizatórias.....	171
3 Análise e discussão dos resultados.....	176
4 Considerações finais.....	186
5 Referências.....	188
Apêndice.....	191

Requisição administrativa: limites e possibilidades no Estado Democrático de Direito

Rafael Carvalho Rezende Oliveira	193
1 Introdução	194
2 Modalidades de intervenção estatal na propriedade	195
3 Breve histórico, fontes normativas e conceito da requisição administrativa	198
4 Regime jurídico constitucional da requisição administrativa: requisitos, objeto e consequências	201
4.1 Iminente perigo público e (in)sindicabilidade judicial	203
4.2 Outros meios menos gravosos para satisfação do interesse público e o princípio da proporcionalidade	208
4.3 Autoexecutoriedade, devido processo legal e contraditório	210
4.4 Objeto da requisição administrativa e as peculiaridades da requisição de bens e serviços públicos	211
4.5 Dever de indenização pelo valor de mercado dos bens e dos serviços requisitados	212
5 Conclusão	213
Referências	215

DIVISÓRIA ESPECIAL

Ruy, o político

Luiz Viana Queiroz	219
Referências	234

Rui Barbosa e a certidão de batismo baiana dos tribunais de contas

Paulo Modesto	235
1 Introdução	235
2 Rui Barbosa: patrono dos tribunais de contas	236
3 O Tribunal de Contas hoje e amanhã	239
Referências	241

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

ADI – Direito Constitucional e Administrativo – Leis estaduais que criaram fundações públicas de direito privado para atuarem na área de saúde – Prestação de serviço público de saúde – Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.197/SE	245
--	-----

Supremo Tribunal Federal

ADI – Administrativo – Servidor público – Artigos 46 e 57-C da Lei Complementar nº 15/1980 do Estado do Rio de Janeiro, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 111/2006 – Lei Orgânica da Procuradoria do Estado – Integralidade e paridade – Abono de permanência X Benefício de permanência – Idêntica natureza e nome distinto – Inconstitucionalidade material das normas – Modulação dos efeitos. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.725/RJ	251
Instruções para os autores.....	261